

ROGÉRIO FERNANDES
ANA CHRYSTINA VENANCIO MIGNOT
(ORGANIZADORES)

O Tempo na Escola

Referências bibliográficas:

- Barbosa, Jorge. (1953). Crónicas de S. Vicente. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*(51).
- Carvalho, Rómulo de. (2001). *História do ensino em Portugal* (3ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Foucault, Michel. (1975). *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Édition Gallimard.
- Frago, António Viñao. (1994). Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas e cuestiones. *Historia de la educación, XII-XIII*.
- Goodson, Ivor F. (1997). *A construção social do currículo*. Lisboa Educa.
- Miranda, João. (1932). O ensino oficial em Cabo Verde. *Notícias de Cabo Verde*(24).
- Monteiro, Maria Madalena Sousa. (1951). Temas pedagógicos: vida familiar e vida escolar. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*(20).
- Nóvoa, António. (2000). Tempos da escola no espaço Portugal-Brasil-Moçambique. In A. Nóvoa & J. Schriewer (Eds.), *A difusão mundial da escola* (pp. 121-140). Lisboa: Educa.
- Nóvoa, António. (2001). O espaço público da educação: imagens, narrativas e dilemas. In A. P. e. al. (Ed.), *Espaços de formação. Tempos de mudança* (pp. 237-263). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Perrenoud, Philippe. (2001). Espaces: temps de formation et organisation du travail. In A. P. e. al. (Ed.), *Espaços de formação. Tempos de formação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sampaio, José Salvado. (1975-77). *O ensino primário. 1911-1969. (Contribuição monográfica)*. (Vol. I). Lisboa.

Tempo de formação, ritmos da profissão: o tempo nas escolas normais em Portugal

Maria João Mogarro
UI&DCE – UL

A formação de professores institucionalizou-se, em Portugal, com as escolas normais, a partir da segunda metade do século XIX. Produtos da afirmação do estado moderno, estas instituições representam o esforço racionalizador que atingiu vários níveis da vida nacional, nomeadamente o campo educativo, fazendo-se sentir também sobre a preparação dos agentes que iriam educar as crianças e os jovens portugueses. Neste sentido, a construção do tempo escolar e a sua vivência quotidiana por alunos e professores marcou os ritmos da própria formação, que visava o exercício da profissão, enquadrado por um perfil claramente definido para ser professor/a.

O tempo nas escolas normais (mais tarde, escolas do magistério primário) é um tempo multidimensional: a idade escolar; a duração do curso; o ciclo anual das instituições educativas; o calendário anual e os acontecimentos que o marcavam; as unidades convencionais do tempo escolar curto (semana, dia, hora), que compunham os horários semanais e diários, regulando a distribuição de actividades, conteúdos, relações sociais e pessoais. O uso racional do tempo regulou os ritmos quotidianos do trabalho pedagógico e do processo de aprendizagem de ser professor/a, marcou o funcionamento de uma cultura escolar, de uma gramática educativa e enquadrou a socialização de valores culturais e sociais e a adopção de normas e regras específicas da profissão.

O fio condutor do tempo está liminarmente presente nos documentos de arquivo das instituições, nos diplomas legais, na imprensa pedagógica, nas fotografias e outras imagens, nas

obras dos professores e nos trabalhos dos alunos – as fontes que nos permitem apreender a linha de um tempo que se foi escoando até atingir o presente. Os estudos que têm sido desenvolvidos sobre o tema, quer para o caso português (Pintassilgo & Costa, 2007; Correia & Gallego, 2004; Correia, 1996, 1997), quer a nível mais geral ou sobre outras realidades nacionais (Escolano, 2000; Compère, 1997; Viñao, 1997), permitiram uma visão global e a análise categorial que aqui se desenvolve.

A abordagem será realizada sobre dois tempos cronológicos que estão marcados pela história do ensino normal: os anos sessenta do século XIX, que assistem ao início das actividades das duas primeiras escolas normais, em Lisboa; e a década de sessenta do século XX, em que a rede de ensino normal estava distribuída de forma equilibrada no território nacional (uma escola por distrito) e se assistia a uma elevada frequência dos cursos de formação, que traduzia a intensidade da sua procura. Esta tendência acentuou-se no período revolucionário de 1974-76, quando o aumento dos vencimentos dos professores e vários outros condicionalismos convergiram “para provocar um afluxo gigantesco de alunos à prestação de provas de admissão” (Fernandes, 1977: 132).

No arco temporal que separa estes dois períodos de análise inscrevem-se acontecimentos importantes na formação de professores, mas que não cabem num trabalho com estas dimensões.

O ensino normal ao ritmo do internato

A Escola Normal para o sexo masculino foi instalada no Palácio dos Marqueses de Abrantes, em Marvila, em 1862. O período áureo de funcionamento desta escola ocorreu na primeira fase, sob a direcção de Luiz Filipe Leite. Marcada pelo regime de internato, a atenção ao ensino da agricultura e a implementação de actividades culturais (como uma biblioteca dominical para operários), a formação conferida pela escola visava um ensino verdadeiramente profissional, baseado na pedagogia e que aliava a dimensão teórica a uma aprendizagem puramente prática (Leite, 1892; Nóvoa, 1987).

A instabilidade registada em torno do ensino normal conduziu ao encerramento da escola, em 1869. O regime de internato foi abandonado, assim como algumas das actividades mais emblemáticas deste período, como as tarefas agrícolas.

A Escola Normal para o sexo feminino ficou no *Recolhimento do Santíssimo Sacramento e Assumpção*, situado no Calvário, em Lisboa, onde passou a funcionar a partir de 1866. O seu funcionamento decorreu com normalidade, mas sem grande brio (Nóvoa, 1987: 448). Mesmo quando o regime de internato foi extinto na Escola Normal para o sexo masculino, ele continuou a vigorar nesta Escola do Calvário, em que a formação das alunas era pautada, fundamentalmente, pelo ensino religioso e pelas actividades próprias da educação feminina. A selecção de um edifício que estava destinado ao recolhimento de órfãs e jovens desamparadas afigura-se particularmente pertinente, dado que os alunos e alunas das escolas normais, em Portugal, eram recrutados, nesta fase inicial, principalmente entre os filhos das classes economicamente mais desfavorecidas, sendo, no caso das raparigas, em grande parte provenientes de asilos e orfanatos.

O regime de internato marcou a formação nestas duas escolas, durante os primeiros anos, promovendo a vida comunitária e o desenvolvimento de um verdadeiro “espírito de corpo”, à semelhança das organizações militares e dos seminários diocesanos (Leite, 1892). Traduz também a preparação para o exercício da profissão num mundo essencialmente rural e para uma vida de *sacerdócio laico* que comportava grandes sacrifícios e salários reduzidos. Deviam seguir normas rigorosas, no campo da disciplina, alimentação, horários, etc., e a sua vida quotidiana estava minuciosamente calendarizada pelo Conselho Escolar. Por decisão de 10 de Outubro de 1864, as actividades distribuíam-se ao longo do dia, que se iniciava cedo: 6h – Despertar; 6h30m – Oração na capela; 7h / 8h – Aulas de Gramática, Canto ou Estudo; 8h15m – Almoço; 9h / 15h – Aulas na escola normal (ou 8h30m / 15h – Aulas na escola anexa); 15h15m – Jantar e Oração; 16h / 18h – Sala de leitura (livre); 18h30m / 21h30m – Exercícios práticos e Estudo (ou 18h30m / 20h30m – Curso nocturno para adultos); 21h30m – Ceia e oração

na capela; 22h – Deitar; 22h30m – Silêncio (Nóvoa, 1987: 438). Na mesma data, uma tabela de duas entradas apresentava o Horário¹ em que distribuíam as “Aulas e Exercícios practicos” da Escola Normal de Lisboa pelos sete dias da semana e pelos períodos que estavam prescritos para as actividades lectivas: 7h / 8h; 9h / 15h (em que os trabalhos escolares das diferentes disciplinas ocupavam unidades de tempo estabelecidas entre 9h / 10h30m; 11h / 12h30m; 12h45m / 13h45m; 14h / 15h, para o 1.º e o 2.º ano); 18h30m / 21h30m (18h30m / 19h30m para os diversos exercício práticos e 20h / 21h30m para o estudo). Entre as unidades de tempo, dedicadas às actividades curriculares², existiam pausas de 30 minutos (uma de manhã e outra entre as actividades da tarde) e de 15 minutos (duas entre as últimas unidades de tempo estabelecidas para a manhã).

O horário reservava o domingo para o estudo e indicava ainda os docentes responsáveis pelas disciplinas e demais actividades escolares, revelando a preocupação de distribuir equilibradamente as tarefas. Assim, as que requeriam maior esforço e concentração situavam-se na parte da manhã e a tarde foi reservada para as componentes mais práticas e de reforço das aprendizagens, através do estudo.

A Escola Normal feminina seguiu a organização da sua congénere masculina, pelo que a gestão dos tempos de formação terá sido similar. Tal como os seus colegas, as normalistas deviam dominar os *saberes* específicos da sua futura profissão, mas para elas estes também incluíam as *fazer*s próprias da mulher e que eram essenciais às crianças que iam educar e

¹ “Ordem n.º 250, de 10 de Outubro de 1864”, assinada por Pedro Euzébio Leite. *Livro de registo de ordens da direcção (1864-1869)*. Arquivo da Escola do Magistério Primário de Lisboa, pp. 4-5.

² O plano de estudos incluía as seguintes matérias, para o curso do 1.º grau (em dois anos) – leitura e recitação, escrita, princípios elementares de gramática, conhecimento de língua portuguesa, redacção; aritmética, com proporções e sua aplicação aos usos da vida, sistema legal de pesos e medidas; noções sumárias de geografia geral, geografia de Portugal e suas possessões; noções de história universal, história pátria; doutrina cristã, moral e história sagrada; desenho linear e suas aplicações na vida comum; pedagogia prática, legislação e administração do ensino, quando indispensável ao professor primário; educação física e preceitos higiénicos (Leite, 1892: 28-29).

às suas famílias. Ser professor/a implicava a capacidade para dominar as várias dimensões, num processo de formação marcado pelo *projecto total* da escola para socializar os seus alunos e alunas segundo parâmetros fortemente disciplinares (Foucault, 1996). O regime de internato colocava-os na completa dependência da instituição (Goffman, 1968) e, tendo sido transportado do mesmo modelo que vigorava em muitos asilos, adequava-se facilmente ao perfil de muitas jovens que neles tinham anteriormente estudado.

A escola normal e o ciclo de vida

No século XIX, os jovens que queriam frequentar a escola normal tinham de ter a idade de 18 anos, sendo admitidos com idade inferior se requeressem expressamente ao rei dispensa desse limite mínimo. Muitos destes pedidos, dirigidos ao monarca, argumentavam com a pobreza do requerente e a necessidade de poderem exercer uma profissão como mestres, assim como os estudos que possuíam (no mínimo, o ensino primário) e que os indicavam para o tipo de formação que iriam adquirir na escola (Mogarro & Martinez, 2007). Considerava-se, pois, necessário ter uma certa maturidade, expressa na idade, para se formar para o exercício da profissão de professor.

Em 1942, estipulava-se que os alunos que frequentavam uma escola do magistério primário deviam ter a nacionalidade portuguesa e não podiam ter “menos de dezasseis anos nem mais de vinte e oito anos de idade”. Como habilitações, era-lhes exigido, no mínimo, o 2.º ciclo liceal ou equivalente³ – tal implicava uma escolarização de 9 anos no início do curso, a que se seguiriam os dois anos de magistério primário, cujo diploma os habilitava para a função docente. Deste modo, um professor do ensino primário iniciava a sua profissão com 11 anos de preparação escolar, o que era insuficiente quando comparado com outros países.

³ In Decreto-lei n.º 32.243, de 5.09.1942. *Diário do Governo*, I Série, n.º 208 de 5 de Setembro de 1942. Os candidatos ao magistério primário tinham frequentado 4 anos de ensino primário, dois do 1.º ciclo liceal e 3 anos do 2.º ciclo liceal (ou do ensino técnico profissional).

Estando sujeitos a um exame de admissão, foram estabelecidos critérios preferenciais para a matrícula e, curiosamente, um desses critérios dava prioridade aos alunos que estavam mais próximos dos 22 anos, estabelecendo-se então essa como a idade "ideal" de ingresso no curso. Outro critério era a aluna ser portadora de uma formação anterior tipicamente feminina, numa explícita afirmação dos cânones educativos quanto às questões de género e ao papel a desempenhar pela mulher na sociedade salazarista. Também era condição preferencial ser filho/a de professores, principalmente se fossem órfãos e pertencentes a famílias numerosas.

O 25 de Abril de 1974 estabeleceu uma ruptura na vida nacional, com implicações a todos os níveis e também nos cursos e escolas do magistério. O ano de 1977 marcou a definição de novos critérios para a admissão a estas instituições. A idade mínima decorria das habilitações legalmente exigidas para o ingresso nos cursos de formação. Quanto à idade máxima, os potenciais alunos deviam poder concluir com aproveitamento o seu curso profissional e adquirir as condições legais para o exercício da profissão, de forma que pudessem ainda beneficiar do direito à aposentação e demais regalias da função pública⁴. Estes parâmetros implicavam que os candidatos não tivessem mais de 52 anos, no dia 1 de Outubro do ano civil em que se realizavam os exames de admissão a estas escolas⁵.

Foi em torno das habilitações exigidas que ocorreu uma das alterações mais importantes para o curso de formação de professores do ensino primário, tendo sido fixado o curso complementar⁶ e, depois, o 11.º ano⁷ do ensino secundário como habilitação exigida para a candidatura à frequência das escolas do magistério primário. Esta medida elevava o nível de exigência e acompanhava o aumento da duração do curso para três anos. Aliás, o curso geral, exigido anteriormente, era considerado manifestamente insuficiente para iniciar a preparação dos futuros professores e permitia que se iniciasse

⁴ Cf. Decreto-lei n.º 66/77, de 24 de Fevereiro. *Diário da República*, I Série, n.º 46.

⁵ Cf. Despacho n.º 101/77, de 27 de Julho. *Diário da República*, II Série, n.º 172.

⁶ Despacho n.º 44/77, de 3 de Maio. *Diário da República*, II Série, n.º 102.

⁷ Despacho n.º 43/81, de 19 de Agosto. *Diário da República*, II Série, n.º 189.

a profissão com 17 anos, uma idade ainda marcada por uma natural imaturidade, com as dificuldades e inconvenientes de adaptação a situações escolares e sociais complexas, inerentes à condição de professor.

O enquadramento institucional dos alunos efectuava-se nas turmas e a sua constituição e composição também estavam reguladas pela legislação de 1942 e 1960: "Art.º 12.º, § 2.º As aulas poderão funcionar em turmas paralelas, cuja lotação não deverá exceder trinta alunos. Na disciplina de educação feminina cada turma não terá mais de quinze alunas. § 3.º Quando se verificar a hipótese do § 2.º do artigo 9.º [número de alunos a admitir em cada escola ir até oitenta], a lotação máxima de cada turma será, respectivamente, de quarenta e de vinte alunos."⁸ No ano lectivo de 1974/75 introduziu-se o critério de 25 alunos por turma, tal como já vigorava em outros graus de ensino (Fernandes, 1977).

Calendário escolar

Na fase inicial do ensino normal, o ano lectivo começava em Outubro e terminava em Agosto, realizando-se, em alguns anos, exames nos primeiros dias deste mês. Seguia-se o período de férias, ainda em Agosto e pelo mês de Setembro. A fixação do início das aulas e de todas as actividades passava pelo Conselho escolar e pelo director, havendo condicionalismos que afectavam essas decisões (faltas de material didáctico considerado essencial, por exemplo).

Em meados do século XX, a duração do ano escolar era de dez meses completos e o respectivo calendário estava fixado, nos textos legais, de forma minuciosa: "Art.º 11.º, § único. O ano lectivo ou escolar compõe-se de dois semestres: o primeiro começa em 1 de Outubro e o segundo em 1 de Março, para terminar em 31 de Julho"⁹. Com a duração de dois anos, o curso dividia-se em quatro semestres, sendo os três primeiros realizados na escola do magistério primário e o quarto, dedicado

⁸ Decreto-lei n.º 32.243, de 5.09.1942. *Diário do Governo*, I Série, n.º 208 de 5 de Setembro de 1942.

⁹ Idem.

ao estágio, numa escola primária anexa e junto a um professor seleccionado para o efeito. No ano de 1977/78, os cursos de formação de professores passariam a ser de três anos, sendo o terceiro dedicado, em grande parte, à prática pedagógica.

O calendário escolar era fortemente influenciado pelo ritmo dos processos de avaliação. A assiduidade e o comportamento eram permanentemente avaliados, a par do aproveitamento que tinha nos exames a sua expressão principal. O exame de admissão era o primeiro passo do trajecto de formação, constituindo a prova de selecção no acesso ao curso; seguiam-se os três semestres (quatro, a partir de 1960) de frequência das disciplinas de cultura pedagógica e de outras matérias importantes para a formação, assim como a prática pedagógica (as quais eram objecto de apreciação e classificação no final de cada semestre); um segundo momento, expressamente organizado para avaliação, era o exame de saída, que marcava a passagem do terceiro para o quarto e último semestre, mas desapareceria com a legislação de 1960; o estágio, exactamente no quarto semestre, permitia o contacto com todos os aspectos da profissão futura. Finalmente, o Exame de Estado constituía uma verdadeira prova de fogo para o exercício da profissão, marcando o fim do processo de formação e o início da actividade profissional de professor, constituindo a certificação da formação que o aluno-mestre tinha obtido ao longo de todo este processo.

O peso que o Exame de Estado representava no percurso de formação dos professores conferiu uma forte carga simbólica a esta prova, que era identificada com os objectivos do regime salazarista relativamente à formação de professores, constituindo a expressão da sua política educativa. Na sequência da revolução de 25 de Abril de 1974, as medidas legislativas adoptadas esvaziaram de conteúdo o Exame de Estado que, na prática, desapareceu.

No processo de avaliação regulamentado em 1978¹⁰ sentiu-se a necessidade de definir de forma precisa as responsabilidades de professores e alunos – para os primeiros, consagravam-se procedimentos regulares de avaliação, como a observação, os

¹⁰ Despacho 32/78, de 15 de Março.

registos permanentes e as análises dos trabalhos dos alunos; a estes, era lembrada a responsabilidade pela realização dos trabalhos, como produtos expressamente elaborados para a sua avaliação, assim como a organização dos dados necessários para propor a seriação final, a apresentar pelos discentes. Estava-se perante uma regulamentação minuciosa dos procedimentos a efectuar no decurso do processo de avaliação, que expressava a evolução das escolas do magistério primário para a fase de normalização, com a institucionalização de um funcionamento regular das instituições e das avaliações.

O calendário escolar era marcado por festas e comemorações que regularmente, até 1974, se realizavam ao longo dos anos lectivos (Mogarro, 2001). Estas festividades tinham um cunho fortemente católico e grande parte delas, em especial as que se relacionavam com os feriados religiosos, permaneceram desde o início do ensino normal nas instituições de formação, até 1974, numa persistência que revela a sua vitalidade. Por seu lado, a recepção ao 1º ano revestia geralmente a forma de um convívio entre os novos alunos e os mais velhos. A sessão solene de abertura das aulas era um dos acontecimentos marcantes do ano, para a qual se convidavam as autoridades e se faziam intervenções de balanço da actividade da escola e das expectativas para cada ano.

Outros momentos importantes ocorriam durante o mês de Dezembro. Os alunos-mestres desenvolviam actividades com as crianças das escolas de aplicação anexas para comemorar duas datas: o 1º de Dezembro, símbolo da independência da pátria, cujas cerimónias tinham uma forte componente patriótica, tal como acontecia com as comemorações do dia de Portugal, em 10 de Junho; o dia 8 de Dezembro, dia da padroeira Nossa Senhora da Conceição (recorrentemente designada por Imaculada Conceição) e também Dia da Mãe, que era festejada nas escolas do magistério e nas escolas anexas. A festa da Imaculada Conceição constituía uma elevada expressão do culto mariano, profundamente enraizado na cultura e nas práticas religiosas nacionais.

A época de Natal foi também um momento importante nas escolas, simbolizando a congregação dos católicos e

promovendo-se audições, missas, presépios e festividades que se realizavam com uma cadência anual. Neste período natalício, mais do que em qualquer outra época do ano, evidenciavam-se as preocupações e as atitudes caritativas, assim como o ideal de serviço social, em termos de ajuda para com os mais necessitados. Estas práticas de caridade tiveram uma particular expressão na distribuição de berços e enxovais, géneros e vestuário às famílias mais desfavorecidas. No caso dos enxovais, eram as alunas que os faziam, no âmbito da disciplina de Educação Feminina, para depois os distribuírem no Natal.

As festas de final de curso eram de grande significado para os alunos finalistas. Elas marcavam o fim do percurso de formação – a passagem de alunos/as a professores/as – e incluíam rituais, como a cerimónia de bênção e entrega das pastas, com cariz religioso, e as fotografias de grupo, que juntavam alunos e professores. Nas imagens destas cerimónias adquire uma evidente visibilidade a presença feminina – os tempos de formação eram tempos femininos, pois predominam as finalistas do sexo feminino, usando a sua bata branca, símbolo da profissão. Existiam outras cerimónias integradas nestas comemorações, como os programas e récitas culturais, as exposições de trabalhos realizados pelos alunos e ainda o baile de finalistas.

Estas actividades são uma vertente importante do funcionamento das escolas, tendo uma poderosa função integradora e socializadora. Pela sua natureza, conferiam unidade ao funcionamento da Escola e permitiam superar o carácter fragmentário que a estrutura disciplinar apresentava. Tendo um conteúdo cultural, mas também lúdico, eram iniciativas que chamavam as pessoas da comunidade à Escola e projectavam a instituição no exterior – serviam, assim, para garantir visibilidade e notoriedade à actividade formadora, a par de uma afirmação que ajudava a instituição a consolidar a sua posição, a nível local. Estas actividades permitem-nos apreender os ideários, os valores, as normas e as práticas que marcavam o quotidiano e que impregnavam o tempo escolar.

Distribuição do tempo e dos trabalhos escolares

O internato marcou a organização e o quotidiano escolar das instituições de ensino normal, nos primeiros anos da sua existência, como sublinhámos. Contudo, no outro limite do arco temporal que definimos, encontrava-se uma realidade completamente diferente.

O primeiro ano (dois semestres) e o terceiro semestre (no 2.º ano) eram preenchidos com a frequência de “disciplinas de cultura e prática pedagógicas e também outras de formação profissional”, num total de onze/doze disciplinas, cujas actividades se distribuíam por unidades lectivas semanais ao longo de ano e meio, como se apresenta no quadro A (planos de estudos das escolas do magistério primário de 1942 e 1960). Os tempos lectivos, ou unidades lectivas, eram de 50 minutos, com intervalos entre eles de 10 minutos; nas disciplinas de Desenho e Trabalhos Manuais Educativos e de Educação Feminina a duração das unidades lectivas era de 80 minutos¹¹. As actividades escolares ocupavam um horário semanal entre as 25 e as 30 horas, com maior carga horária no segundo semestre, e decorriam de segunda-feira a sábado. O 4.º semestre era totalmente dedicado ao estágio no currículo de 1942, contemplando algumas actividades lectivas, embora em número reduzido, em 1960.

Foi conferida uma significativa importância à música, estabelecendo-se a realização de sessões de canto coral, em orfeão, com uma regularidade mínima de duas sessões por mês.

As disciplinas pertencentes à componente de cultura pedagógica constituíam uma parte importante das actividades escolares, como a Pedagogia e Didáctica Geral (a que se acrescentou a História da Educação em 1960), a Psicologia Aplicada à Educação e a Didáctica Especial (dividida, em 1960, por dois grupos: grupo A- Língua Portuguesa, História e Desenho; e grupo B – Aritmética e Geometria, Ciências Geográfico-Naturais e Trabalhos Manuais), que tinha a função de mobilizar as aquisições obtidas nas outras disciplinas e possibilitar a sua aplicação na Prática Pedagógica. Esta era, de facto, a disciplina vocacio-

¹¹ Decreto-lei n.º 32.243, de 5.09.1942, art. 12.º, § 1.º.

nada para estabelecer a articulação entre a dimensão teórica, a formação de natureza cultural e a preparação prática para o desempenho da futura profissão. A disciplina de Legislação e Administração Escolares, com os seus tempos concentrados nos semestres finais, assumia um carácter mais instrumental, o de preparar os alunos-mestres para assegurarem as tarefas de natureza burocrática, inerentes à função docente e às escolas onde iriam trabalhar, e que num estado (e sistema educativo) centralista e burocrático detinha um peso significativo na formação dos agentes oficiais (Mogarro, 2001).

O plano de estudos de 1960 reforçou o peso destas componentes curriculares (com mais cinco, três, seis e três horas semanais no conjunto das actividades escolares). Reclamando a necessidade de uma melhor preparação dos alunos, a distribuição dos tempos lectivos das várias disciplinas também foi alterada, surgindo mais equilibrada e ao longo dos semestres, quando em 1942 apareciam mais concentradas (em alguns casos, num só semestre). Deste modo, algumas das disciplinas surgem no 4.º semestre, que no anterior plano de estudos (1942) era integralmente dedicado ao estágio. No plano curricular de 1960, a carga lectiva aumenta globalmente e regista-se uma diminuição das horas dedicadas à prática pedagógica.

Com a Revolução de Abril, um novo período se iniciou para as escolas do magistério primário, onde se podem identificar as duas fases que foram comuns a outros domínios da educação e da sociedade portuguesa – a da revolução (1974-1976) e a da designada normalização (1976-1978). Os debates educativos e a conflitualidade, que eram aspectos dominantes na vida nacional, reflectiram-se também nas várias alterações aos planos de estudo e reestruturações curriculares que, nos anos seguintes, se registaram para os cursos do magistério primário – quatro planos de estudo, em anos quase sucessivos (1974, 1975, 1977 e 1978), a que se juntaram várias adequações curriculares.

Logo em 1974, a situação que se vivia no país colocava as escolas do magistério primário entre as instituições escolares sobre as quais recaía a necessidade de reformas mais urgentes. A par da nomeação de novos directores e do recrutamento, em moldes diferentes, do corpo docente necessário, efectuou-se

em Outubro desse ano a primeira alteração dos currículos. Suprimiram-se três disciplinas fortemente conotadas com os valores ideológicos dominantes no regime salazarista (Organização e Administração da Nação, Educação Feminina e Educação Moral), alteraram-se cinco disciplinas e outras mantiveram as designações. Por outro lado, criavam-se novas componentes curriculares, com destaque para Introdução à Política, Português e Actividades Optativas. Estas alterações, inseriam-se num evidente propósito renovador. Nas reformas curriculares que a seguir se sucederam, a formação científica reforçou-se, com a introdução de componentes autónomas das áreas do português, da matemática, das ciências naturais e das ciências sociais, “susceptíveis de habilitar o professor a fazer uma leitura científica da realidade presente e passada” (Fernandes, 1977: 129). A grande novidade deste currículo baseava-se no princípio da unidade da formação teórica e da formação prática e na organização dos saberes escolares segundo uma lógica interdisciplinar. Assumiram particular relevância, na área das situações interdisciplinares, as *actividades de contacto* e as disciplinas *optativas* (sobre temas da actualidade), componentes curriculares que permitiam às escolas do magistério e aos seus alunos “a abertura amplíssima (...) à comunidade e aos seus problemas, designadamente à comunidade profissional” (Fernandes, 1977: 137). A organização destas *actividades de contacto* contemplava, inicialmente, a preparação e a sensibilização (na escola), depois a fase de contacto directo com as realidades locais (e acções de intervenção junto das populações), com imersão no tempo real e social das comunidades, seguida de reuniões (em seminário) para se reflectir, sistematizar, elaborar os relatórios e divulgar as experiências de cada grupo, na escola. O tempo escolar articulava-se com diversos tempos sociais das comunidades, numa dialéctica de cadências entre a escola e o meio.

Mas as críticas que os sectores situados à direita, no espectro político, faziam ao funcionamento das escolas do magistério primário acentuavam-se. Paralelamente, o país seguia no sentido da chamada normalização e o Estado conquistava com surpreendente facilidade a capacidade de intervenção nos diferentes sectores da sociedade civil, nomeadamente nas escolas.

No plano de estudos de 1978 (quadro B, em anexo), que se manteve em vigor até à extinção das escolas do magistério, nos anos oitenta, as ciências da educação consolidaram-se como o núcleo forte do currículo. O estágio e a dimensão prática tinham um papel fundamental, implicando uma complexa gestão dos tempos lectivos pelos diversos intervenientes no processo.

Organização do 3.º ano do curso de formação de professores do ensino primário

Componentes curriculares		Carga horária semanal	
		1977 ¹²	1980 ¹³
Prática Pedagógica	Planificação	3	20
	Execução	15 a 20	
	Reflexão e Análise	3	
Apoio/Fundamentação de Programas		6	7
Matérias Complementares/Actividades Técnicas		2	2
Legislação, Organização e Administração Escolares		1	1

Realizada ao longo do ano lectivo, nas escolas anexas ou anexadas à do magistério primário, com acompanhamento de um professor do ensino primário, em exercício de funções, que orientava o estágio, a prática pedagógica devia realizar-se em turmas de alunos de forma a abranger todos os níveis, embora num determinado período devesse incidir sobre uma mesma turma /grupo de crianças. A este processo, que dialecticamente articulava as fases de planeamento, execução, reflexão e fundamentação ao longo do horário lectivo de 30 horas semanais, para os alunos-mestres, era conferido o cunho de continuidade para permitir ao estagiário o acompanhamento, apreensão e integração da dinâmica própria à vida e ao processo de aprendizagem no ensino primário. Assim, a prática pedagógica destes alunos devia realizar-se em três dias consecutivos, por semana, evitando-se os dias alternados, pois que essa gestão do tempo pedagógico poria em causa a sequência das actividades pedagógicas.

¹² Proposta do Director Geral do Ensino Básico, em 1 de Julho de 1977, relativa à organização do novo 3.º ano do curso de formação de professores do ensino primário.

¹³ Anexo I ao Despacho n.º 282/80, de 22 de Agosto. *Diário da República*, II Série, n.º 193.

As disciplinas eram componentes curriculares que tinham subjacente uma natureza fragmentária, a qual decorria do seu modo de funcionamento. O estágio permitia mobilizar esses contributos dispersos para uma intervenção prática, desenvolvida em contexto educativo. Assim, assumia a função de uma plataforma-charneira, que reorientava a formação dos alunos para a vida profissional futura. O estágio era o espaço/tempo curricular em que os alunos-mestres viviam e interiorizavam todas estas dimensões, tendo como horizonte o desempenho profissional futuro. No estágio, adquiriam competências para gerir o tempo escolar nas escolas primárias e elaboravam materiais que expressavam essa destreza na manipulação do tempo – é o caso do Diário escolar que tinham que preencher e dos horários semanais que deviam elaborar, seguindo as indicações e modelos que lhes eram apresentados nos manuais de legislação e administração escolares. No Diário escolar (Imagem A) registavam em cada página a distribuição dos tempos escolares (primeira coluna), a identificação do grupo de crianças (a respectiva classe, na segunda coluna), às áreas disciplinares (na terceira coluna) e a orientação da lição (quarta coluna); as folhas eram muitas vezes ilustradas, com elementos do universo natural, da vida vegetal e animal, as actividades agrícolas e o mundo rural (com as suas paisagens, os moinhos, os montes e a típica figura da ceifeira alentejana) que caracterizava o meio envolvente. Respeitante ao sábado, registava-se, na coluna das observações (a quinta), as obrigatórias actividades da Mocidade Portuguesa. O horário semanal devia ser afixado na sala, com a distribuição das actividades escolares pelos dias e podia assumir formas originais, como o leque, elaborado por uma aluna-mestre durante o seu Estágio (Imagem B).

Bibliografia

- Compère, M.-M. (Dir.) (1997). *Histoire du temps scolaire en Europe*. Paris: I.N.R.P.
- Correia, A. C. L. & Gallego, R. de C. (2004). *Escolas públicas primárias em Portugal e São Paulo: olhares sobre a organização do tempo Escolar (1880-1920)*. Lisboa: Educa.

- Correia, A. C. L. (1996). *Os sentidos dos ponteiros do relógio: representações do tempo na construção simbólica da organização escolar portuguesa (1772-1950)*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Correia, A. C. L. (1997). Les représentations du temps dans l'organisation de l'école publique au Portugal (1772-1940). In M.-M. Compère (Dir.). *Histoire du temps scolaire en Europe* (pp. 135-160). Paris: I.N.R.P.
- Escolano, A. (2000). *Tiempos y espacios para la escuela: ensayos históricos*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Fernandes, R. (1977). *Educação: uma frente de luta*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Foucault, M. (1996). *Tecnologías del yo*. Barcelona: Paidós.
- Goffman, E. (1968). *Asiles. Études sur la condition sociale des malades mentaux et autres reclus*. Paris: Éditions de Minuit.
- Leite, L. F. (1892). *Do ensino normal em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Mogarro, M. J. & Martinez, S. A. (2007). Abandoned girls and teacher education in Portugal by the second half of the XIXth century. Comunicação apresentada na *ISCHE 29 – International Standing Conference for the History of Education* (29.ª Sessão), University of Hamburg, Germany, de 25 a 28 de Julho de 2007.
- Mogarro, M. J. (2001). *A formação de professores no Portugal contemporâneo – a Escola do Magistério Primário de Portalegre*. Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa/ Universidade da Extremadura, 2 volumes.
- Nóvoa, A. (1987). *Le Temps des Professeurs – Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe-XXe siècle)*. Lisboa: INIC.
- Pintassilgo, J. & Costa, R. A. (2007). A construção histórica do tempo escolar em Portugal (do final do século XIX às primeiras décadas do século XX). In J. G. Fernández, G. E. Tocino & M. B. Miranda (eds.). *La escuela y sus escenarios. Actas de los IX Encuentros de Primavera en El Puerto* (pp. 105-130). El Puerto de Santa Maria: Concejalía de Cultura del Ayuntamiento.
- Viñao, A. (1997). La distribución del tiempo y del trabajo en la enseñanza primaria en España (1900-1936). *Historia de la Educación. Revista Interuniversitaria*, n.º 16, pp. 113-131.
- Viñao, A. (1997). La distribution hebdomadaire et quotidienne du temps et du travail dans l'enseignement primaire en Espagne (1838-1936). Théorie, réglementation et pratiques. In M.-M. Compère (Dir.). *Histoire du temps scolaire en Europe* (pp. 135-160). Paris: I.N.R.P.

Quadro A – Comparação dos planos de estudos das escolas do magistério primário de 1942 e de 1960

Designação das Disciplinas	1942			1960			1960-1942
	1.º Sem.	2.º Sem.	3.º Sem.	1.º Sem.	2.º Sem.	3.º Sem.	
1942							
Pedagogia e didáctica geral	5	--	--	4	4	1	+5
Psicologia aplicada à educação	3	6	--	4	3	3	+3
Didáctica especial	--	6	--	3	2	2	
Higiene escolar	3	--	--	2	2	--	+1
Educação física	2	2	2	2	2	2	0
Desenho e trabalhos manuais educativos	2	3	2	2	2	2	0
Educação feminina	2	2	2	2	2	2	0
Música e canto coral	2	2	2	2	2	2	0
Legislação e administração escolares	--	--	3	--	2	2	+3
Organização política e administrativa da Nação	2	--	--	--	2	1	+1
Educação moral e cívica	2	--	--	2	1	1	+2
Prática pedagógica	5	8	8	2	4	8	-7
Estágio	--	--	--	*	--	--	12
Total: 12 Disciplinas+estágio (4º sem)	28	29	25	28	30	28	10+12
Total: 13 Disciplinas+estágio (4º sem)							**+14

Fontes: Decreto-lei n.º 32.243, de 5.09.1942. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 208 de 5 de Setembro de 1942; Decreto-lei n.º 43.369, de 2.12.1960. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 279 de 2 de Dezembro de 1960. * O 4.º semestre era totalmente dedicado ao estágio; **Não se consideraram as horas de estágio; ***Não se consideraram as horas de estágio (in Mogarro, 2001, p. 130).

Quadro B – Plano de estudos das escolas do magistério primário, de Julho de 1978

Área	Disciplinas	Carga horária semanal		
		1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano
Ciências da Educação	Pedagogia	3	3	2
	Psicologia do Desenvolvimento	4	2	1
	Metodologia e Técnicas Pedagógicas	---	2	1
	Saúde	---	2	---
	Deontologia, Organização e Administração Escolar e Legislação	---	---	1
Expressão e Comunicação	Português	4	2	1
	Literatura Infantil	---	2	---
	Comunicação e Expressão Visual	3	2	---
	Expressão Musical	2	2	---
	Movimento e Drama	2	1	---
	Educação Física e Desportiva	3	2	---
Experiência	Matemática	2	2	---
	Ciências da Natureza	3	2	---
	Antropologia Cultural	2	---	---
	História Moderna e Contemporânea da Sociedade Portuguesa	---	2	---
Prática Pedagógica	Nível 1	4	---	---
	Nível 2	---	6	16+6
Actividades Compreendidas	Actividades Técnicas	---	---	2
	Moral (facultativa)	(1)		
Total		32	32	30

Fonte: Mapa Anexo ao Despacho n.º 157/78, de 30 de Junho de 1978, do Ministro da Educação e Cultura. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 160, de 14 de Julho de 1978 (in Mogarro, 2001, l: 148).

Imagem A – Diário Escolar

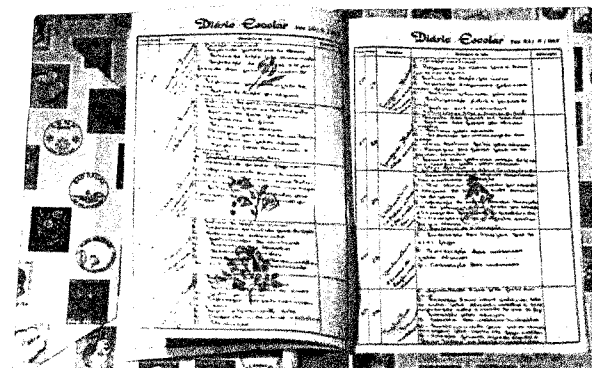


Imagem B – Horário em forma de leque

